

Eleição-comunicação

Campo Grande tem mais três radialistas pré-candidatos na disputa do Legislativo

Em princípio, esses pré-candidatos devem abrir mão de seus programas a partir do dia 30 de junho

Rafael Belo

Os dirigentes partidários sempre apostam na comunicação para conseguir um representante no Legislativo e no Executivo em razão da óbvia visibilidade destes. As rádios em Campo Grande sempre tiveram representantes na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e até na prefeitura. Cazuza (PP), Lucas de Lima (SD) e o ex-prefeito Alcides Bernal (sem partido) são provas vivas e atuantes disso, somados aos vereadores Chiquinho Telles (PSD) e Dharleng Campos (MDB). Também estão na disputa este ano Jean Potência (PSD), João Bosco de Medeiros (SD) e Irwing Ferreira (Podemos).

Segundo a legislação eleitoral, a partir de 30 de junho, os pré-candidatos que apresentem programas de rádio ou TV ficam proibidos de continuar a fazê-lo. Até o momento, este é o prazo que prevalece. Porém, o Senado já aprovou a mudança da eleição e enviou para a Câmara dos Deputados. No caso de ser aprovado antes do dia 30, altera-se esse período. Neste caso os pré-candidatos devem deixar a transmissão até 11 de agosto.

João Bosco de Medeiros (SD), da FM Cidade, teve cinco décadas no radialismo; começou no rádio aos 17 anos. “Logo que comecei, passei a me interessar naturalmente na coisa pública, ajudei vários prefeitos como Antonio Mendes Canale e Levy Dias. Governadores como Pedro Pedrossian. Então eu me envolvi



Fotos: Divulgação/Nilson Figueiredo

neste mundo político. Tive um tio-avô, Dr. Cicero de Castro Farias, que foi vereador em Campo Grande por dois mandatos e presidente da Câmara. Isso, aliado à comunicação e a situação popular que o rádio me trouxe, me deu inspiração para estar ligado na política. Em 1988 cheguei à Câmara Municipal, me elegi primeiro suplente, muito embora tenha sido mais votado que sete ou oito eleitos. Logo assumi e fui vereador por pouco mais de dois anos. Entrei e saí pela porta da frente de cabeça erguida”, revelou.

Aposentado, João Bosco de Medeiros lembra que em todo pleito eleitoral disputam cerca de seis candidatos radialistas. “Se elegem de um a três deles. Isso quer dizer que uma parcela do eleitorado de Campo Grande

vota em radialistas. Em cima disso é que nós estamos nos apresentando. Também com a colaboração dos familiares e amigos, obviamente. Entendo que a Câmara precisa de renovação, mas com experiência.”

Para ele é interessante que, entre os 29 vereadores que temos, haja jovens, mas também pessoas maduras na idade. “Por isso estou me apresentando como renovação com experiência. Estou preparado. Tenho ficha limpa, mãos limpas e família organizada. Sou um radialista que tenho limitações como todo mundo, mas sempre tive o povo ao meu lado. Estamos trabalhando e construindo esta candidatura e que possamos, segunda a vontade de Deus, disputar essa eleição”, concluiu.

Quem o convidou para o So-

lidariedade foi o também radialista e deputado estadual Lucas de Lima (SD).

Já Irwing Ferreira (Podemos) tem um programa de rádio que divide com o cantor e compositor Aral Cardoso, na FM Educativa 104,7, com o nome Quebra Torto Musical, que vai ao ar todos os domingos das 6h às 8h da manhã. Fluente em guarani e espanhol, Irwing alcança outros países na sua locução: Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai. “Minhas pretensões políticas não vieram do nada. Amigos e cidadãos comuns me incentivaram para me pré-candidatar. Já em 2010, meus amigos me diziam que eu era um homem comprometido com a verdade e que no dia que me candidatassem votariam em mim”, explicou.

O radialista também é mú-

sico, compositor, tem diversos trabalhos sociais, é capelão na UFMS e regente de coral. “Conheci as necessidades da comunidade. Assim, pensei em buscar outras demandas como a segurança pública e me tornei presidente do Conselho de Segurança nas regiões Parati/Piratinha e adjacências. Vendo mais necessidades, me tornei membro do Conselho da Região do Anhaduizinho, onde discutimos demandas como infraestruturas, educação, segurança e saúde. Sou da Pastoral do Imigrante para atender nossos irmãos refugiados, migrantes, além de fazer um trabalho de acolhimento junto ao Cedami e à Cruz Vermelha”, pontuou.

O pré-candidato Jean Potência (PSD), considerando-se tranquilo na vida e estabilizado,

acredita que é o momento de deixar o nome à disposição. “Tudo na vida tem a hora certa para acontecer. Tinha filhos pequenos e não estava na hora. Hoje, já são adolescentes. Deus preparou este momento. Eu queria que fosse antes, mas agora entrei pela cultura, pela nossa música e vejo as dificuldades que nossos artistas têm. Entrei pelo PSD porque acredito que por esta sigla eu consiga”, explicou.

Jean Potência falou da divisão da profissão. “Há anos venho tentando reunir os radialistas. Criei um grupo tentando a união e continuo tentando, mas confesso que não consegui. Cada um tem uma mentalidade diferente. Não consegui ainda”, relatou. Ele esteve com os amigos de outras rádios. “Estive na Rádio Capital, Rádio Cidade e busquei meus amigos. Fui atrás de quase todos os meus amigos. Só não fui atrás de quem sabia que tinha compromisso político com alguém. Não sei como é no restante do Brasil, mas aqui é dividido”, disse.

Sobre as conversas de pré-candidatura, disse que falou com muita gente já, mas uma pessoa em particular o marcou. “Conversei com uma senhora sobre política e eu disse que minha proposta é nunca deixar meus possíveis eleitores se envergonharem quando puderem votar em mim. Nunca estarei envolvido em corrupção. Não vai ter vergonha, caso eu seja realmente candidato”, finalizou.

Comissão

Lei de Diretrizes Orçamentárias tem parecer favorável na CCJR da Assembleia

Andrea Cruz

Ontem (24), na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa, 15 matérias receberam pareceres favoráveis pela regular tramitação e três tiveram pareceres contrários. O principal tema refere-se à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. O presidente da Comissão, Lidio Lopes, fez um balanço do primeiro semestre do ano. “Hoje realizamos a última reunião da CCJR do primeiro semestre de 2020, sendo relatados o total de 166 proposições. Mesmo diante da pandemia, a comissão atuou de maneira aguerrida”, destacou.

Parecer favorável

O Projeto de Lei nº 108/2020, do Poder Executivo, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021. No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o governo estima, para o próximo ano, receita total de R\$ 16,17 bilhões,



Wagnere Guimaraes-ALMS

sendo que para o exercício atual haviam sido orçados R\$ 15,8 bilhões, apresentando aumento, portanto, de 2,4%. Foram apresentadas 15 emendas à LDO, sendo acolhidas pela Comissão 14 delas.

As receitas totais previstas para 2022 e 2023 são, respectivamente, de R\$ 17,54 bilhões e de R\$ 18,35 bilhões. As metas fiscais poderão ser alteradas na elaboração da proposta orçamentária de 2021, a ser sub-

metida à Assembleia Legislativa, em decorrência do impacto ocasionado pela pandemia da COVID-19.

A LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e tem como função mostrar o planejamento inicial do governo em relação ao próximo ano. Agora, com as 14 emendas apresentadas pelos deputados a LDO deve ser votada ainda no primeiro semestre, em regime de urgência.

Eleições 2020

Alexandre Figueiredo aposta no uso da tecnologia e inclusão para ser vereador

Aos 45 anos, o policial rodoviário federal (PRF) e profissional da tecnologia da informação (TI) Alexandre Figueiredo de Araújo decidiu deixar o nome à disposição para ser pré-candidato a vereador pelo Rede. Bem-humorado, Alexandre Figueiredo tem um irmão gêmeo, o professor Alex Figueiredo, e brinca que, se eleito, vai ser o único a estar em dois lugares ao mesmo tempo, já que o irmão é entusiasta da pré-campanha dele. Criador do programa Guardiã Azul – Amigo do Autista, quer a inclusão eficiente e a tecnologia implantadas em Campo Grande.

“Se eleito quero implantar o rádio digital, a cooperação, a inclusão, mas a integração precisa vir primeiro junto com a governança. No entanto, não podemos viver de uma eterna inovação. Precisamos de ciclos de estabilidade e potencializar os acertos que

aconteceram até aqui”, destacou. Alexandre Figueiredo acredita que, toda vez que a gente convive com uma pessoa com deficiência, melhoramos como ser humano.

“Precisamos de uma inclusão sustentável. Como pai de autista, eu vejo como necessidade urgente. Todos são diferentes e o processo de inclusão precisa ser permanente. Não é só função das mães, os pais têm que participar com a mesma dedicação e intensidade, porque informação e formação é a maior inclusão”, refletiu.

Há 26 anos na PRF e casado há 19, Alexandre Figueiredo tem uma médica pediatra e infectologista como irmã mais velha, a Adriana, e uma administradora como irmã mais nova, a Letícia. Seu filho com autismo é o Eduardo, de 4 anos, e mais dois com 15 e 18 anos, apoiadores do pai que tem a convicção de que todos



Nilson Figueiredo

podem fazer alguma coisa para melhorar seu espaço. “Todo mundo pode transformar o lugar mais seguro para ir e vir. A segurança também está no corrimão solto e na luz queimada, e todos podem exigir ou mesmo resolver estes problemas coletivamente”, finalizou.

Justiça

STF confirma que jornada e salário de servidor não podem ser cortados

Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (24) considerar inconstitucional a possibilidade da redução da jornada de trabalho e do salário de servi-

dores públicos. A medida estava prevista na redação original da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), mas está suspensa há 16 anos por uma decisão liminar da corte. Após ser interrompido em agosto do ano

passado, o julgamento definitivo da questão foi finalizado ontem. Por 6 votos a 5, o STF confirmou a ilegalidade da possibilidade da redução. Antes da pandemia da COVID-19, a redução da jornada e dos salários de forma

proporcional era cogitada por alguns governadores e prefeitos para resolver temporariamente a crise fiscal dos estados e municípios.

De acordo com a LRF, estados e municípios não podem

ter mais de 60% das receitas com despesa de pessoal. Se o percentual for ultrapassado, fato que está ocorrendo em alguns estados, medidas de redução devem ser tomadas, como redução ou extinção de

cargos e funções comissionadas. O Artigo 23 também previu que é facultativa a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.